

# Relatório Anual 2010



F U N D A Ç Ã O  
**BEMGEPREV**

Este Relatório Anual também está disponível no site da entidade:  
[www.bemgeprev.com.br](http://www.bemgeprev.com.br)

- 3** Mensagem do diretor presidente
- 4** Um sistema mais estável e pronto para progredir
- 5** A Fundação Bemgeprev em 2010
- 8** Quem somos
- 9** Órgãos de Administração

#### **Encarte**

Balanço Patrimonial  
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido  
Demonstração do Ativo Líquido  
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa  
Demonstração das Obrigações Atuariais  
Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis  
Parecer Atuarial  
Parecer dos Auditores Independentes  
Parecer do Conselho Fiscal  
Manifestação do Conselho Deliberativo  
Informe Resumo dos Investimentos  
Resumo da Política de Investimentos



O Relatório Anual da Fundação Bemgeprev é impresso em papel certificado pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal), organização não governamental independente que difunde o bom manejo das florestas em todo o mundo. Seus princípios e critérios conciliam as salvaguardas ecológicas com os benefícios sociais e a viabilidade econômica.

É sempre com satisfação que preparamos o Relatório Anual. Trata-se de uma ótima oportunidade para trazer até você os números institucionais, balanços contábeis, econômicos e financeiros e analisar processos e atividades da entidade. É também muito importante compartilhar os resultados dos trabalhos que são conduzidos pelos profissionais da Fundação Bemgeprev e do Itaú Unibanco que, com seu apoio e conhecimento, nos ajudam a aprimorar continuamente nossos controles e procedimentos.

Por meio de um plano de previdência complementar, é esperado um relacionamento duradouro entre participante e entidade que passa por vários estágios de amadurecimento. Do participante ativo ao assistido, incluindo nesse caminho os autopatrocinados e os optantes pelo BPD, são percorridas décadas e diferentes níveis de relação com a entidade. Da acumulação ao gozo do benefício, nossos participantes mudam totalmente – passam de filhos a pais e avós, de colaboradores a aposentados, de jovens a adultos mais

experientes e vividos, e é nesse estágio que se encontram todos os participantes da Bemgeprev, como assistidos de seu plano previdenciário.

Ao longo desse percurso, a Bemgeprev também tem mudado. Sempre com o objetivo de pesquisar, conhecer e utilizar as melhores práticas em gestão de processos, controle de riscos, comunicação, atendimento, métodos de análise, avaliação de satisfação, adequação de procedimentos e aperfeiçoamento das equipes.

A melhoria contínua faz parte do dia-a-dia da Bemgeprev. Com a integração das entidades fechadas de previdência complementar do Itaú Unibanco, a sinergia vem trazendo resultados ainda mais satisfatórios a partir da troca de perspectivas e experiências em nossos grupos de trabalho. Agregamos, assim, mais qualidade e produtividade à gestão das fundações. Nossa meta, portanto, é seguir ao seu lado não como fomos ontem, nem como somos hoje, mas melhores a cada ano.

**Sergio Fajerman**

Diretor Presidente da Bemgeprev

# Um sistema mais estável e pronto para progredir

O cenário positivo da economia brasileira e, sobretudo, a estabilidade nas normas e leis que regem o segmento de previdência complementar fechada têm impulsionado seu crescimento.

Conforme levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil possui o oitavo maior sistema de previdência complementar do mundo, em termos de patrimônio administrado. O modelo brasileiro tem se mostrado um bom exemplo para outros países no que diz respeito à segurança, transparência e proteção dos participantes.

Para fortalecer o sistema, o governo criou, em 23 de dezembro de 2009, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O ano de 2010 foi, então, o primeiro deste órgão ligado ao Ministério da Previdência Social, mas com autonomia administrativa e financeira para fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar que atuam no país.

Juntos, os 369 fundos de pensão existentes no Brasil administram um patrimônio superior a R\$ 512 bilhões. Dados da Previc, divulgados em dezembro de 2010, indicam a existência de 1.068 planos, distribuídos em três modalidades (Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável), que congregam 2,742 milhões de participantes e assistidos.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792, de setembro de 2009, permite que as

entidades invistam em seis macrosssegmentos: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. De acordo com o balanço da Previc, há ainda uma forte concentração (59%) no segmento de renda fixa, seja em títulos públicos ou papéis privados. Os analistas indicam, porém, que frente a um cenário de queda nas taxas de juros, as entidades deverão, gradualmente, deixar o conforto da renda fixa em busca de investimentos mais rentáveis a fim de cumprir suas metas atuariais (confira quadro). O controle dos riscos, no entanto, é premissa básica na gestão dos investimentos dos fundos que não podem submeter o patrimônio de seus participantes a oscilações muito intensas.

Para aprimorar a segurança das entidades, a Previc tem enfatizado a implantação da metodologia da Supervisão Baseada em Riscos, desenvolvida em parceria com consultores do Banco Mundial. O princípio é atuar menos na punição e mais na orientação para o uso de processos com eficiência e segurança comprovadas. O órgão vem também difundindo os conceitos de educação financeira e previdenciária, estimulando as entidades a orientar seus participantes a fim de que façam escolhas que agreguem benefícios durante sua vida laboral e na aposentadoria.

## Rentabilidade dos fundos de pensão, de 2004 a setembro de 2010 (em %)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Set/2010	Acumulado
Rentabilidade nominal	20,05	17,85	23,6	21,31	-1,27	21,48	<b>7,55</b>	173,63
TMA*	12,5	11,35	8,98	11,47	12,86	10,36	<b>8,43</b>	105,52
Rentabilidade acima da TMA	6,71	5,84	13,42	8,83	-14,29	10,08	<b>-0,81</b>	30,47
Ibovespa	17,81	27,71	32,93	43,65	-41,22	70,43	<b>1,23</b>	191,35
DI / Selic	17,75	18	13,25	11,18	13,66	9,84	<b>6,97</b>	133,64

\* Taxa Mínima Atuarial da maioria dos planos BD: INPC + 6% ao ano

Fonte: Diace/Previc



# A Fundação Bemgeprev em 2010

No último ano, a Bemgeprev contabilizou avanços em várias frentes, além de consolidar processos e atividades que já vêm sendo realizados nos últimos anos. A seguir, estão os principais destaques de 2010 que foram norteados por premissas de governança corporativa, transparência, eficiência, segurança e pela busca do melhor relacionamento com os participantes.

## Educação financeira e previdenciária

Em linha com as diretrizes da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), as entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco promovem diversas ações que visam fazer com que os participantes compreendam a importância de cuidar de suas finanças e recursos previdenciários. Essas iniciativas envolvem a publicação de informativo bimestral, sites, serviços de atendimento telefônico, encontros semestrais com as associações de aposentados e conselheiros eleitos para disseminação de conteúdos previdenciários.

## Encontros com associações e conselheiros eleitos

Em parceria com as demais fundações ligadas ao Itaú Unibanco, a Bemgeprev recebeu conselheiros eleitos e representantes das associações de seus aposentados – AJUBEMGE, AFA, AFAB, AFABEG, AFACI, ANAB e APATREVO – para dois encontros em São Paulo (SP). Além de estreitar o relacionamento com as entidades, os convidados tiveram a

oportunidade de assistir a duas palestras: em maio, com Carlos Alberto de Paula, diretor de Análise Técnica da Previc, sobre “Aspectos institucionais e desafios da previdência complementar fechada”; e, em novembro, com o advogado Fábio Junqueira, sobre “A necessidade de constituição de reserva matemática em processos judiciais”.

## Aposentados homenageados

A Bemgeprev homenageou todos os seus aposentados em evento que comemorou, no Rio de Janeiro, o Dia do Aposentado – 24 de janeiro. Organizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) e pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp), a cerimônia reuniu representantes indicados por entidades de todo o país. Aguinaldo José do Crato recebeu a homenagem em nome dos aposentados da Bemgeprev.

Encontro com associações e conselheiros eleitos





Evento dos assistidos em Belo Horizonte

### Evento dos assistidos

Cerca de 3.600 pessoas (assistidos, pensionistas e seus convidados) participaram de mais uma edição do evento dos assistidos, promovido pelas entidades de previdência complementar do Itaú Unibanco.

O pré-convite foi acompanhado de dicas de educação financeira, em linha com o tema da festa - "Sonhando com os pés no chão" - que chamou a atenção para os cuidados na gestão das finanças. Um show do cantor Jair Rodrigues animou os convidados nas cinco capitais onde evento foi realizado, nos meses de setembro e outubro: Recife (PE), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Curitiba (PR).

### Participantes bem informados

Os participantes da Fundação Bemgeprev são continuamente atualizados a respeito das atividades e projetos desenvolvidos pela entidade. Isso se dá das mais diversas formas - por meio de cartas, informativo bimestral, comunicados e contatos telefônicos, entre outros. O informativo "Com você" trata de temas relativos à previdência e aborda assuntos de interesse sobre o sistema previdenciário.



### Fiscalização da Previc

O plano de benefícios ACMV passou, em 2010, por fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Os auditores analisaram documentos como Estatuto, Regulamentos e convênio de adesão dos patrocinadores, dados cadastrais dos integrantes dos órgãos estatutários e livros de atas com o registro das reuniões dos Conselhos e da Diretoria, entre outros, para verificação da governança e dos controles internos da entidade.

### Mudanças no Estatuto e no Regulamento

A Previc aprovou, em julho, a alteração proposta pela Bemgeprev no artigo 13 de seu Estatuto. A modificação atende à Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.792/09 que trata das diretrizes de aplicação dos recursos dos planos das entidades fechadas de previdência complementar. Em dezembro, foram aprovadas pela Previc mudanças em dois itens do Regulamento do plano ACMV: no parágrafo 2 do artigo 3 (utilização para reajuste dos benefícios do IPC/DI-RJ - Índice de Preços ao Consumidor/Disponibilidade Interna – Rio de Janeiro, em função da extinção do IPC-RJ) e inclusão de um parágrafo no artigo 10, em decorrência da aprovação do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, nos termos propostos e aprovados pelo Conselho Administrativo, seguindo as determinações da Resolução CGPC nº 29/09.

### Certificação dos dirigentes

Os três diretores da Bemgeprev – Sergio Fajerman, Reginaldo José Camilo e Arnaldo Cesar Serighelli - receberam certificação por experiência do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS). Gabriel Amado de Moura, diretor de Investimentos das fundações, já havia sido certificado como administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETO), responsável formal pelos investimentos da entidade. A certificação dos dirigentes é uma exigência

do Conselho Monetário Nacional (CMN) para garantir a qualidade da gestão dos recursos dos fundos de pensão. O prazo legal para esse processo vai até 31 de dezembro de 2014.

### Reuniões dos Conselhos

Os membros dos Conselhos Deliberativo e Administrativo fizeram suas reuniões ordinárias, respectivamente, nos meses de março, maio e novembro e nos meses de março, maio e dezembro. No Conselho Fiscal, as reuniões foram realizadas em março, junho e dezembro. Nesses encontros, os conselheiros analisaram os principais assuntos ligados à gestão da entidade, bem como seus balanços contábeis. Em 2010, houve modificações na formação dos Conselhos (sua composição em dezembro de 2010 está na página 9).

### Em conformidade com a ISO

Em dezembro, a Fundação Bemgeprev obteve a recertificação de conformidade com a norma ISO 9001:2008, recebida pela primeira vez em 2007. As normas ISO definem padrões internacionais que comprovam boas práticas de gestão da qualidade em diversos segmentos. Sua conquista atesta a excelência dos processos realizados pela entidade.

### Congresso da Abrapp

Conselheiros, diretores e gerentes das fundações de previdência do Itaú Unibanco estiveram no 31º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, em Recife (PE), de 17 a 19 de novembro. A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), uma das organizadoras do evento, elegeu o tema "Prosperidade e Desafios" para estimular os congressistas a debater o cenário econômico favorável e o crescimento do sistema. Com público recorde, o evento atraiu 3.200 pessoas para atividades que incluíram palestras, plenárias e painéis.



### Processo eleitoral

No dia 7 de dezembro, os participantes elegeram seus representantes para os Conselhos da entidade. Com 645 votos válidos, 14 brancos e quatro nulos, os escolhidos foram:

#### Conselho Deliberativo

Titulares	Messias Caetano Neto Silvio Caitano da Fonseca
Suplentes	Maria Lucia Machado José Cássio Damas

#### Conselho Administrativo

Titulares	Antonio Barsand de Leucas Catão Baptista Filho Plínio Buarque Vogas
Suplentes	Lourival Lelles Frederico de Souza Neto Alonso Rodrigues Martins

#### Conselho Fiscal

Titulares	Aguinaldo José do Crato Cleide Xavier Rocha Foureaux Luiz Fernando da Silva Telles
Suplentes	Luciana Leonina Fernandes Correa Mauro Peres Macedo Maria do Carmo Vasconcelos



Congresso da Abrapp

# Quem somos

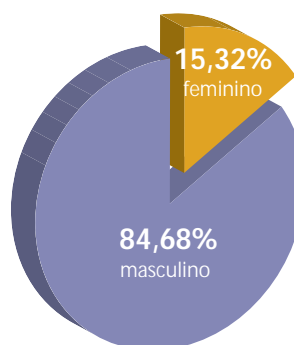
## Participantes Assistidos

base: outubro 2010

### Total de Participantes

1.240

### Sexo



### Faixas Etárias



Idade média: 74 anos

### Presença nos Estados

Minas Gerais	68%
Rio de Janeiro	16%
São Paulo	7%
Rio Grande do Sul	1%
Goiás	1%
Bahia	1%
Outros	6%

### Tipo de benefício

Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV)

Tempo de serviço **1.238**

Idade **2**

Média de tempo de benefício: 10 anos



# Órgãos de **Administração**

## Conselho Deliberativo

	Titulares	Suplentes
Presidente	Osvaldo do Nascimento	João Jacó Hazarabedian
Vice-Presidente	Messias Caetano Neto	Maria Lucia Machado
Conselheiros	Marco Antonio Antunes Silvio Caitano da Fonseca	Ricardo Terenzi Neuenschwander José Cássio Damas

## Conselho Fiscal

	Titulares	Suplentes
Conselheiros	Wagner Roberto Pugliese Guilherme Augusto M. F. de Toledo Barros Aguinaldo José do Crato Cleide Xavier Rocha Foureaux Luiz Fernando da Silva Telles	Ottavio Aldo Ronco Luiz Antonio Guariente Luciana Leonina Fernandes Mauro Peres Macedo Maria do Carmo Vasconcelos

## Conselho Administrativo

Titulares	Suplentes
Plinio Buarque Vogas Antonio Barsand de Leucas Catão Baptista Filho	Alonso Rodrigues Martins Lourival Lelles Frederico de Souza Neto

## Diretoria

Diretor Presidente	Sergio Fajerman
Diretor de Investimentos	Gabriel Amado de Moura
Diretores	Arnaldo Cesar Serighelli Reginaldo José Camilo





F U N D A Ç Ã O  
**BEMGEPREV**

Rua Goitacazes, 15 – 9º andar  
Centro – CEP 30190-050  
Belo Horizonte - MG

[www.bemgeprev.com.br](http://www.bemgeprev.com.br)





# Relatório Anual 2010

- 2** Balanço Patrimonial
- 3** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
- 4** Demonstrac o do Ativo Líquido
- 5** Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa
- 6** Demonstrac o das Obriga es Atuariais
- 7** Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis
- 15** Parecer Atuarial
- 19** Parecer dos Auditores Independentes
- 21** Parecer do Conselho Fiscal
- 22** Manifestac o do Conselho Deliberativo
- 23** Informe Resumo dos Investimentos
- 25** Resumo da Política de Investimentos



FUNDA O  
**BEMGEPREV**

# Balço Patrimonial

em milhares de Reais

Ativo	31/12/2010	31/12/2009
<b>Disponível</b>	<b>15</b>	<b>16</b>
<b>Realizável</b>	<b>269.761</b>	<b>258.896</b>
Gestão Previdencial	18	9
Investimentos	269.743	258.887
Títulos Públicos (Nota 5)	189.322	120.686
Fundos de Investimento (Nota 5)	79.829	137.497
Empréstimos	592	704
<b>Permanente (Nota 6)</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Imobilizado	2	3
<b>Total do Ativo</b>	<b>269.778</b>	<b>258.915</b>

Passivo	31/12/2010	31/12/2009
<b>Exigível Operacional (Nota 7)</b>	<b>2.078</b>	<b>2.524</b>
Gestão Previdencial	138	134
Gestão Administrativa	103	79
Investimentos	1.837	2.311
<b>Exigível Contingencial (Nota 8)</b>	<b>8.101</b>	<b>7.234</b>
Gestão Previdencial	36	-
Investimentos	8.065	7.234
<b>Patrimônio Social</b>	<b>259.599</b>	<b>249.157</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano (Nota 9)	256.947	246.471
Provisões Matemáticas	256.947	259.413
Benefícios Concedidos	260.082	259.413
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(3.135)	-
Equilíbrio Técnico (Nota 10)	-	(12.942)
Resultados Realizados	-	(12.942)
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(12.942)
Fundos (Nota 11)	2.652	2.686
Fundos Administrativos	2.650	2.677
Fundos dos Investimentos	2	9
<b>Total do Passivo</b>	<b>269.778</b>	<b>258.915</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

em milhares de Reais

Descri�o	31/12/2010
<b>A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício</b>	<b>246.471</b>
<b>1. Adi�es</b>	<b>43.510</b>
( + ) Contribui�es Previdenciais	1.183
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.672
( + ) Receitas Administrativas	203
( + ) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	425
( + ) Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	27
<b>2. Destina�es</b>	<b>(33.034)</b>
( - ) Benefícios	(32.319)
( - ) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(60)
( - ) Despesas Administrativas	(655)
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	<b>10.476</b>
( + / - ) Provisões Matemáticas	(2.466)
( + / - ) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	12.942
<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A + 3)</b>	<b>256.947</b>
<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>2.652</b>
( + / - ) Fundos Administrativos	2.650
( + / - ) Fundos dos investimentos	2

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra es Contábeis.

# Demonstração do Ativo Líquido

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
<b>1. Ativos</b>	<b>269.778</b>	<b>258.915</b>
Disponível	15	16
Recebível	18	9
<b>Investimentos</b>	<b>269.743</b>	<b>258.887</b>
Títulos Públicos	189.322	120.686
Fundos de Investimento	79.829	137.497
Empréstimos	592	704
<b>Permanente</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>2. Obrigações</b>	<b>10.179</b>	<b>9.758</b>
Operacional	2.078	2.524
Contingencial	8.101	7.234
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>2.652</b>	<b>2.686</b>
Fundos Administrativos	2.650	2.677
Fundos dos Investimentos	2	9
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo Líquido (1 - 2 - 3 - 4)</b>	<b>256.947</b>	<b>246.471</b>
Provisões Matemáticas	256.947	259.413
Superávit/Déficit Técnico	-	(12.942)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Descrição	31/12/2010
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>2.677</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>628</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>628</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	203
Resultado Positivo dos Investimentos	425
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(655)</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(452)</b>
Treinamento/Congressos e Seminários	(38)
Viagens e Estadias	(18)
Serviços de Terceiros	(302)
Despesas Gerais	(94)
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(203)</b>
Serviços de Terceiros	(168)
Despesas Gerais	(35)
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>(27)</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>(27)</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 5)</b>	<b>2.650</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# Demonstração das Obrigações Atuariais

em milhares de Reais

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)</b>	<b>256.947</b>	<b>246.471</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>256.947</b>	<b>259.413</b>
1.1. Benefícios Concedidos	260.082	259.413
Benefício Definido	260.082	259.413
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(3.135)	-
(-) Déficit Equacionado	(3.135)	-
(-) Patrocinadores	(3.135)	-
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-</b>	<b>(12.942)</b>
2.1. Resultados Realizados	-	(12.942)
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(12.942)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BEMGEPREV é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, instituída em 25/05/2005 e autorizada a funcionar pela Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria SPC nº 132/05, de 21 de outubro de 2004, tendo por finalidade administrar o plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia (ACMV).

Em 02 de janeiro de 2007, conforme Portaria SPC nº 770, de 23 de outubro de 2006, foi efetivada a transferência do acervo patrimonial e dos participantes do Plano ACMV da Fundação Itaú Unibanco para a Fundação Bemgeprev sem solução de continuidade.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente, voltados aos empregados das patrocinadoras, pertencentes ao conglomerado Itaú Unibanco S/A.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm dos rendimentos resultantes da aplicação de recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

O quadro de participantes na data base da avaliação atuarial em 31 de outubro de 2010 e 30 de setembro de 2009 apresenta a seguinte posição:

Descrição	2010	2009
Assistidos	1.240	1.283
<b>Total</b>	<b>1.240</b>	<b>1.283</b>

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009; Resolução CNPC nº 01, de 03 de março de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010.

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

## NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

### a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores transferidos dos Investimentos, relativos ao resultado dos recursos garantidores correspondentes às atividades da Gestão Previdencial.

- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
em milhares de Reais

## I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

**a. Títulos para negociação** – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício;

**b. Títulos mantidos até o vencimento** – Quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título, sendo avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

## II. Empréstimos

Os empréstimos a participantes são corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de juros de 12% a.a.

### b) Ativo Permanente

É composto pelo ativo imobilizado, demonstrado ao custo de aquisição e depreciação, pelo método linear, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

### c) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

### d) Exigível Contingencial

É registrado o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- o registro da provisão no Passivo dos planos é registrado em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- o depósito judicial é registrado no Passivo Contingencial do plano em conta redutora.

### e) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

### f) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.



## g) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.

## h) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal face ao processo nº. 2009-38.00.029432-1.

## NOTA 4 - CUSTEIO ADMINISTRATIVO

As despesas administrativas previdenciais da Entidade são custeadas exclusivamente com recursos do Fundo Administrativo, contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, e as despesas administrativas de investimentos são custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

## NOTA 5 – REALIZÁVEL – GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

### a) Composição de Investimentos

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
Renda Fixa	269.151	258.183
Operações com Participantes - Empréstimos	592	704
<b>Total</b>	<b>269.743</b>	<b>258.887</b>

### b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no SELIC, na CETIP e no Itaú Unibanco.

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários já ajustados aos respectivos valores de mercado.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
em milhares de Reais

	Valor de Mercado (1)				
	Vencimento			Total	
	Indeterminado	De 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2010	31/12/2009
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>72.030</b>	<b>117.292</b>	<b>189.322</b>	<b>120.687</b>
Títulos do Governo Federal - ESTF (2)	-	-	117.292	117.292	120.687
Notas do Tesouro Nacional	-	72.030	-	72.030	-
<b>Fundo de Investimento - Exclusivo</b>	<b>76</b>	<b>16.703</b>	<b>63.049</b>	<b>79.829</b>	<b>137.497</b>
Certificado de Depósito Bancário	-	234	1	235	21.093
Debêntures	-	1.106	28	1.134	2.776
Fundos de Investimentos	76	-	-	76	1.990
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.895	-	2.895	3.905
Letras do Tesouro Nacional	-	12.062	-	12.062	-
Notas do Tesouro Nacional	-	406	63.020	63.427	107.733
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>88.733</b>	<b>180.341</b>	<b>269.151</b>	<b>258.183</b>

(1) Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" estão avaliados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de balanço e os classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado considerando os seguintes parâmetros: (i) Preço médio de negociação no dia da apuração, (ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adoção técnica de precificação, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

(2) Títulos inegociáveis com vencimento em 2023, com amortizações anuais e com correção mensal pelo IGP/DI mais taxa de 6% a.a., classificados como Títulos Mantidos até o Vencimento.

As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliados de acordo com a Política de Investimentos.

Apresentamos abaixo os Títulos e Valores Mobiliários classificados por categoria:

	31/12/2010	31/12/2009
Títulos para Negociação	73.313	131.339
Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	195.837	126.844
<b>Total</b>	<b>269.151</b>	<b>258.183</b>

(1) Inclui, além do Títulos do Governo Federal - ESTF no montante de R\$117.292, NTNBS no montante de R\$ 78.545 (R\$ 6.158 em 2009), com vencimento até 2045. O valor de mercado destes títulos é de R\$ 196.972 (R\$ 126.932 em 2009). A entidade declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nessa categoria.

No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

## NOTA 6 - ATIVO PERMANENTE

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
<b>Imobilizado</b>		
<b>Bens Móveis</b>		
Custo	4	4
( - ) Depreciação	(2)	(1)
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

## NOTA 7 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>138</b>	<b>134</b>
Benefícios Pendentes	18	15
Retenções sobre folha benefícios	120	119
<b>Gestão Administrativa</b>	<b>103</b>	<b>79</b>
Despesas a Pagar	103	79
<b>Investimentos</b>	<b>1.837</b>	<b>2.311</b>
Relacionadas com Tributos (1)	1.837	2.311
<b>Total</b>	<b>2.078</b>	<b>2.524</b>

(1) Corresponde a provisão de IR sobre rendimentos apurados em aplicações financeiras ativas até 31/08/2001, data da vigência da MP 2222/01 que instituiu o Regime Especial de Tributação - RET.

## NOTA 8 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>36</b>	-
Cesta Alimentação	59	-
( - ) Depósito Judicial - Cesta Alimentação	(23)	-
<b>Investimentos</b>	<b>8.065</b>	<b>7.234</b>
Imposto de Renda Retido na Fonte (1)	42.357	40.082
( - ) Depósitos Judiciais	(34.296)	(32.850)
PIS/COFINS	38	3
( - ) Depósitos Judiciais	(34)	(1)
<b>Total</b>	<b>8.101</b>	<b>7.234</b>

(1) Corresponde basicamente a ação que discute judicialmente a imunidade tributária, quando da edição da MP 2222/01 que instituiu o RET, tendo em vista o caráter não contributivo do plano de benefícios administrado pela Entidade. Por decisão judicial os valores não recolhidos foram depositados em juízo.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
em milhares de Reais

## NOTA 9 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos.

I. **Provisões de benefícios concedidos** – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

II. **Provisões matemáticas a constituir** – Corresponde ao valor do Déficit Equacionado a ser coberto pelo patrocinador, não permanente, fixado pelo Contrato de Amortização de Déficit Técnico em 31/03/2010, conforme estabelece o art.21 da Lei Complementar n.º 109/2001 e o art.28 da Resolução CGPC n.º 26/2008.

### b) Premissas e Hipóteses Atuariais

Os cálculos das provisões matemáticas consideram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

Descrição	2010 / 2009
Taxa Real de Juros	6% a.a.
Índice de Crescimento de Benefício	Índice ACMV (1)
Tábua de Mortalidade Geral (2)	AT - 83
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N.A.
Taxa de crescimento real do Benefício do INSS	0%
Fator de Capacidade dos Benefícios	0,98
Método Atuarial	Agregado

N.A. = Não Aplicável por não haver participante aposentado por invalidez

(1) Índice ACMV é a média geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

(2) Segregada por sexo. A tábua de mortalidade adotada corresponde àquela divulgada pelo SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que reflete um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação à respectiva tábua básica.

### c) Evolução

Descrição	Saldos em 31/12/2009	Constituição Líquida	Saldos em 31/12/2010
Benefícios Concedidos	259.413	669	260.082
( - ) Provisão Matemática a Constituir	-	(3.135)	(3.135)
<b>Total</b>	<b>259.413</b>	<b>(2.466)</b>	<b>256.947</b>



No demonstrativo abaixo apresentamos a evolução do saldo do contrato de equacionamento de déficit:

Descrição	2010
<b>Déficit Técnico Acumulado em 31/12/2009</b>	<b>(12.942)</b>
Recebimento parcelas semestrais	1.183
Atualização	(1.568)
Repactuação do contrato - Redução do Déficit Acumulado	10.192
<b>Saldo do contrato de Déficit Equacionado</b>	<b>(3.135)</b>

## NOTA 10 - EQUILÍBRIO TÉCNICO

Descrição	31/12/2010	31/12/2009
<b>Saldo Inicial do Déficit</b>	<b>(12.942)</b>	<b>(3.268)</b>
Superávit/(Déficit) do Período	9.807	(9.674)
<b>Déficit Equacionado</b>	<b>(3.135)</b>	<b>(12.942)</b>

Em 31/12/2009, apresentou Déficit Técnico Acumulado no montante de R\$ 12.942 (5,0% do Exigível Atuarial) decorrente basicamente da performance dos investimentos do período, cujo principal indexador é o IGP-DI.

Visando equacionar o referido déficit, a Entidade e a Patrocinadora firmaram, em 31/03/2010, contrato de equacionamento do déficit, em conformidade com a Resolução CGPC nº 18/2006 e 26/2008.

Em 2010, após avaliação atuarial, verificou-se que o Déficit Acumulado se reduziu no montante de R\$ 10.192, havendo assim repactuação do contrato na forma pactuada, conforme nota 9c.

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
em milhares de Reais

## NOTA 11 – FUNDOS

**a) Fundos Administrativos** – Constituído com recursos da patrocinadora em montante equivalente a 1% das reservas matemáticas na época da implantação do plano ACMV, acrescido da rentabilidade obtida sobre o resultado dos recursos garantidores correspondentes ao Fundo Administrativo e revertido em função do custeio das despesas administrativas previdenciais.

**b) Fundos dos Investimentos** – Constituído com recursos oriundos de taxas administrativas cobradas na concessão dos empréstimos. Tem o objetivo de garantir o saldo dos empréstimos concedidos a participantes que vierem a falecer.

Descrição	Saldos em 31/12/2009	Remuneração	Reversão Líquida	Saldos em 31/12/2010
Fundos Administrativos	2.677	454	(481)	2.650
Fundos dos Investimentos	9	10	(17)	2
<b>Total</b>	<b>2.686</b>	<b>464</b>	<b>(498)</b>	<b>2.652</b>

## NOTA 12 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**a)** A Fundação Bemgeprev, apesar de possuir reduzido grau de risco em função de não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros (incêndio e roubo, conforme o caso).

Sergio Guillinet Fajerman • Diretor Presidente • CPF 018.518.957-10

Reginaldo José Camilo • Contador • CRC nº 1SP114.497/O-9 • CPF 859.338.648-20

## 1 - Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – ACMV administrado pela Fundação BEMGEPREV, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2010.

## 2 - Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, previsto na Resolução CGPC nº28 de 26/01/2009 e Instrução MPS/SPC nº34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2010 é a apresentada no quadro a seguir:

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdencial, Administrativo e de Investimentos fornecidos pela Fundação BEMGEPREV.

<b>2.3.0.0.00.00.00</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>259.599.214,95</b>
<b>2.3.1.0.00.00.00</b>	<b>Patrimônio para Cobertura do Plano</b>	<b>256.947.522,59</b>
<b>2.3.1.1.00.00.00</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>256.947.522,59</b>
<b>2.3.1.1.01.00.00</b>	<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>260.082.340,57</b>
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício definido Estruturado em Regime de Capitalização	260.082.340,57
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	260.082.340,57
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não-Programados - Assistidos	0,00
<b>2.3.1.1.02.00.00</b>	<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	3.134.817,98
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	3.134.817,98
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	3.134.817,98
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00

## Parecer Atuarial

2.3.1.1.03.03.00	( + / - ) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	( + / - ) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	( + / - ) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	( + / - ) Assistidos	0,00
<b>2.3.1.2.00.00.00</b>	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.2.01.00.00</b>	<b>Resultados Realizados</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	( - ) Déficit Técnico Acumulado	0,00
<b>2.3.1.2.02.00.00</b>	<b>Resultados a Realizar</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.2.0.00.00.00</b>	<b>Fundos</b>	<b>2.651.692,36</b>
<b>2.3.2.1.00.00.00</b>	<b>Fundos Previdenciais</b>	<b>0,00</b>
2.3.2.1.01.00.00	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02.00.00	Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
<b>2.3.2.2.00.00.00</b>	<b>Fundos Administrativos</b>	<b>2.649.713,52</b>
2.3.2.2.01.00.00	Plano de Gestão Administrativa	2.649.713,52
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo Pga	0,00
<b>2.3.2.3.00.00.00</b>	<b>Fundos dos Investimentos</b>	<b>1.978,84</b>
<b>2.4.0.0.00.00.00</b>	<b>Gestão Assistencial</b>	<b>0,00</b>

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

**1)** O Regulamento do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – ACMV vigente em 31 de dezembro de 2010, Plano este que se encontra em extinção, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);

**2)** Os dados individuais, posicionados em 31/10/2010, dos aposentados do Plano fornecidos pela Fundação BEMGEPREV à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial deste exercício objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Fundação BEMGEPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

**3)** A avaliação atuarial procedida com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios;

4) Os dados financeiros e patrimoniais fornecidos pela Fundação BEMGEPREV à Mercer, bem como os valores dos Fundos Administrativo e de Investimentos.

De acordo com o disposto nos artigos 5º e 10 do Regulamento do Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia, o Patrocinador, na hipótese de adesão dos Participantes elegíveis ao Plano, deve efetuar uma contribuição destinada à integralização do Fundo, correspondente ao valor presente dos Benefícios calculados de acordo com o mesmo Regulamento. Em adição à contribuição destinada à integralização das reservas dos Participantes que aderirem ao Plano ACMV, o Patrocinador deverá efetuar uma contribuição equivalente a 1,00% (um por cento) do montante transferido, para cobertura das despesas administrativas relativas a esse Plano.

Em relação ao déficit apresentado, indicamos a seguir sua origem e forma de equacionamento:

O déficit acumulado apresentado no encerramento do exercício de 2009 teve sua origem no encerramento do exercício de 31/12/2007 em decorrência da alteração da tábua de mortalidade AT-83 com 3 anos de agravamento para a AT-83 sem agravamento.

Na avaliação atuarial de 31/12/2009 foi detectado que a expectativa de reversão do déficit acumulado não se concretizou. A rentabilidade acumulada no exercício de 2009 foi inferior à meta atuarial. Essa realidade agravou a situação econômica do plano, porém não prejudicou a capacidade de pagamento dos benefícios a curto prazo.

Em atendimento ao previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, mais especificamente em seu artigo 28, parágrafo 3º, houve necessidade de promover o equacionamento do déficit acumulado apresentado no Plano ACMV.

Podemos observar que houve uma diminuição do déficit acumulado no decorrer do exercício de 2010 com o pagamento das parcelas amortizantes, que continuará sendo realizado no exercício de 2011 e também porque a rentabilidade do Plano foi superior à meta atuarial.

### 3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real de juros (1)	6,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98
Tábua de mortalidade geral (2)	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua não aplicável

(1) O indexador utilizado é o Índice ACMV, que é a média geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de Belo Horizonte, IPC de São Paulo e do Rio de Janeiro, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente;

(2) Foi utilizada a AT-83, segregada por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem uma redução nas taxas anuais de mortalidade da ordem de 10% em relação às respectivas tábuas básicas.

Informamos que não ocorreram alterações nas hipóteses atuariais e econômicas nem nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício de 2009.

Não há hipótese de projeção de crescimento real do salário, fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, rotatividade e entrada em invalidez devido à inexistência de participantes ativos cobertos por este Plano (há somente participantes aposentados).

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial com data-base de 31/12/2010 são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

#### 4. Plano de Custeio para o Exercício de 2011

Não há previsão para realização de contribuição normal para o plano, uma vez que ele está saldado (há apenas participantes assistidos).

O equacionamento do déficit existente se dará preferencialmente, de forma atuarial, requerendo, portanto acompanhamento anual por ocasião da avaliação atuarial, de maneira a restabelecer o equilíbrio técnico do plano. Este equilíbrio será recomposto com base na redefinição das contribuições para o exercício seguinte. No momento em que o equilíbrio seja novamente encontrado estas contribuições deverão ser extintas.

Com base nas características da população do Plano ACVM, recomendamos que para o exercício de 2011 a patrocinadora realize contribuição para a amortização do déficit acumulado de R\$ 3.134.817,98, valor este apurado em 31/12/2010, que deverá ser objeto de instrumento contratual com garantias por parte do patrocinador com cláusula de revisão anual do saldo devedor em função de perdas e ganhos observados nas avaliações anuais.

O prazo determinado para a amortização do déficit foi apurado considerando o somatório do produto do valor do benefício pela expectativa de vida completa do participante assistido, sem considerar sua reversão em pensão, sendo o resultado dividido pelo somatório do valor do benefício, conforme item 11 da Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006. O valor assim encontrado correspondeu a 12 anos.

O pagamento das parcelas amortizantes será realizado de forma semestral, nos meses de junho e dezembro de cada ano e serão atualizadas mensalmente pelo Indexador do Plano acrescida do equivalente mensal à taxa de juros de 6% a.a..

Recomendamos que a Entidade formalize instrumento contratual com garantia da Patrocinadora, conforme determinam as Resoluções CGPC nos 18 e 26, nos moldes do descrito neste Parecer Atuarial.

#### 5. Conclusão

Certificamos que o Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia – ACMV da Fundação BEMGEPREV está equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter este equilíbrio.

São Paulo, 2 de março de 2011.

**Mercer Human Resource Consulting Ltda.**  
Narjara J. Boldorini – MIBA nº 1.917



Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras  
Fundação BEMGEPREV

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Bemgeprev ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins

de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bemgeprev em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Belo Horizonte, 16 de março de 2011

**PricewaterhouseCoopers**

Auditores Independentes • CRC nº 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Eduardo Sá da Matta • Contador • CRC nº 1SP216397/O-5 "S" MG

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do fluxo financeiro e das notas explicativas às demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2010, baseados nos pareceres da Consultoria atuarial Mercer Human Resource Consulting Ltda. e do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Fiscal concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Bemgeprev em 31.12.2010, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 17 de março de 2011.

Presidente Suplente • Ottavio Aldo Ronco

Conselheiro Efetivo • Aguinaldo José do Crato

• Guilherme Augusto Marcondes Ferreira de Toledo Barros

Conselheira Suplente • Maria do Carmo Vasconcelos • Mauro Peres Macedo

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Fluxo Financeiro e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2010, com base nos pareceres do Conselho Fiscal, da consultoria atuarial, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO BEMGEPREV deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, entendendo que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2010.

São Paulo (SP), 23 de março de 2011.

Presidente • Osvaldo do Nascimento

Vice Presidente • Messias Caetano Neto

Conselheiro • Silvio Caitano da Fonseca

Conselheiro Suplente • Ricardo Terenzi Neuenschwander

Prezado Participante,

Em cumprimento à legislação em vigor, apresentamos abaixo resumo dos investimentos e das despesas com a administração dos mesmos, relativo ao Exercício de 2010 do Plano ACMV:

1. No quadro abaixo apresentamos comparativo entre os limites de alocação para cada segmento de investimentos determinados pela Resolução CMN 3792, de 24 de setembro de 2009, e a composição efetiva dos investimentos no Exercício de 2010:

Segmento	Resolução CMN 3792	Em R\$ mil			
		Dezembro/2010	%	Dezembro/2009	%
Renda Fixa	Até 100,00	269.150	99,78	258.183	99,73
Renda Variável	Até 70,00	-		-	
Investimentos Estruturados	Até 20,00	-		-	
Investimentos no Exterior	Até 10,00	-		-	
Imóveis	Até 8,00	-		-	
Operações com Participantes	Até 15,00	592	0,22	704	0,27
<b>Total</b>		<b>269.742</b>	<b>100,00</b>	<b>258.887</b>	<b>100,00</b>

2. A seguir apresentamos as rentabilidades do Exercício de 2010 do plano ACMV em comparação com a taxa mínima atuarial do referido plano, no mesmo período de tempo:

Segmento	Rentabilidade Acumulada %
Renda Fixa	17,41
Operações com Participantes	21,79
Recursos Totais	17,40
Taxa Mínima Atuarial (*)	12,60

(\*) Taxa Mínima Atuarial = 12,60 (média geométrica IPCA/BH, IPC/SP e IPC/RJ + 6% a.a.)

3. Em atendimento ao parágrafo V do art. 3º da Resolução CGPC nº 23/06, apresentamos a seguir as despesas relevantes incorridas na administração da entidade no exercício de 2008:

**a) Despesas com gestão dos Investimentos:**

<b>Segmento</b>	<b>Em R\$ mil</b>
Taxa de Administração de Recursos	48
Taxa de Custódia / DNP / CETIP, SELIC	120
Consultoria Contábil	25
Outras	10
<b>Total</b>	<b>203</b>

**b) Despesas Administrativas Previdenciais:**

<b>Segmento</b>	<b>Em R\$ mil</b>
Treinamentos/Congressos e Seminários	38
Viagens e Estadias	20
Consultoria Atuarial	48
Gestão e Planejamento Estratégico	107
Auditoria Contábil	52
Gestão Administrativa	11
Associações	9
TAFIC	16
Outros	151
<b>Total</b>	<b>452</b>

**5. Gestão dos Investimentos**

Os investimentos da Fundação Bemgeprev são geridos somente pelo Itaú Unibanco.

**6. Responsável pela aplicação dos Recursos**

- Nome: Gabriel Amado de Moura

**7. Especificação dos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792 de 24.09.2009:**

Não há desenquadramentos.

**8. Justificativas aos desenquadramentos e inobservância à Resolução CMN nº 3792/09:**

Não há justificativa devido não ter desenquadramentos.



A seguir apresentamos resumo da política de investimentos para o exercício de 2010 do Plano de Benefícios ACMV.

### 1. Taxa Mínima Atuarial

Indexador	Taxa de Juros
(*)	6%

(\*) Média Geométrica dos índices de preço ao consumidor, IPCA de BH, IPC de SP e do RJ, calculados mensalmente pelo IPEAD/FACE-UFMG, FIPE da USP e FGV, respectivamente.

### 2. Controles de Riscos

- Risco de Mercado
- Risco de Liquidez
- Risco de Contraparte
- Risco Legal
- Risco Operacional

### 3. Alocação dos Recursos

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo	
			ACMV	PGA
Renda Fixa	43%	100%	99,72%	100%
Renda Variável	0%	35%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0%	10%	0,00%	0,00%
Investimentos Exterior	0%	3%	0,00%	0,00%
Imóveis	0%	4%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	0%	5%	0,28%	0,0%

### 4. Derivativos

O Plano pode realizar operações com derivativos, desde que observadas as condições estabelecidas na Res. CMN 3792/2009.

### 5. Referência de Rentabilidade

A referência de rentabilidade será igual à taxa mínima atuarial do plano para os segmentos Renda Fixa, Investimentos Estruturados, Investimentos Exterior, Imóveis e Operações com Participantes. Para o segmento de Renda Variável, a referência de rentabilidade será igual à variação do índice Ibovespa fechamento.

## 6. Gestão dos Recursos

Tipo/Forma: Externa

Periodicidade da Avaliação: 3 Meses

Quantidade de Gestores: 1

Crítérios de Avaliação: Em relação a referência de rentabilidade, carteiras e limites de risco estabelecidos

## 7. Critério para Contratação

Qualitativos	Qualitativos
Histórico da Instituição e experiência	Rentabilidade Histórica Auferida
Filosofia de atuação	Riscos Incorridos
Análise legal	Custos
Inexistência de Conflito de Interesses	Total de Recursos Administrados
Sistemas e Processos	Distribuição do retorno diferencial

## 8. Participação em Assembléias de Acionistas

### 8.1. Limites Mínimos para Participação em Assembléia de Acionistas

Por Capital Votante: 5%

Dos Recursos Garantidores: 4%

Por Capital Total: 10%

## 9. Cenário Macroeconômico, Responsabilidade Socioambiental, Observações e Justificativas

### 9.1. Cenário Macroeconômico

As decisões de alocação são definidas bimestralmente por um comitê formado por especialistas onde são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia e definidos cenários alternativos (otimista e pessimista).

São projetados valores para diversos fatores de risco, que são utilizados para calcular as expectativas de preço/retorno dos ativos.

### 9.2. Observância de Princípios de Responsabilidade Socioambiental

Diante do quadro de degradação ambiental do planeta, consideramos fundamental avaliar os impactos sobre o meio ambiente, não só para o êxito do crescimento empresarial, mas como variável decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável e a prevenção dos riscos à saúde humana.



**Belo Horizonte (MG)**  
Rua Goitacazes, 15 – 9º andar  
Centro – CEP 30190-050

[www.bemgeprev.com.br](http://www.bemgeprev.com.br)